

A reabilitação da barra do Douro no século XVI: um desafio urbanístico à talassocracia atlântica

Ana Isabel Correia de Queirós

A história da freguesia portuense de S. João da Foz do Douro foi indelevelmente marcada pela presença marítima, desde a estrutura económica à religiosidade. Aí o Atlântico impõe-se ao Douro alterando-lhe o carácter e tornando-o particularmente agressivo. Na primeira metade do século XVI, a pequena comunidade que habita a região, ainda que dedicada a actividades agrícolas, é essencialmente piscatória. Neste contexto, o receio, a dor e a morte são uma constante na vida de pessoas que nada podem contra as forças da natureza da qual a sobrevivência depende.

O século XVI é, porém, um período de maturação do entendimento da natureza como passível de ser ajustada de acordo com as necessidades humanas. Este processo deve, com maioria de razão, ser aplicado ao caso português que há mais de uma centúria desafiava os oceanos. É precisamente desta inaudita relação homem/natureza, surgida do Renascimento e fomentada pelos Descobrimentos, que deriva o tema que nos propomos apresentar: o esforço empreendido para a regularização da barra do Douro a partir do segundo quartel do século XVI. Configurando, em simultâneo, uma iniciativa filantrópica, um incitamento económico, um empreendimento cultural e o reflexo de uma religiosidade particular, pretendemos analisá-lo sob a perspectiva da História da Arte no sentido de perceber o intercâmbio entre acção natural e acção humana, tendo logicamente como referência o assunto central do Encontro: o Mar. Centramo-nos na arquitectura, que só por si tem a capacidade de moldar o espaço, desenhar uma silhueta que condiciona e organiza à composição natural, cuja pretensão artística permite ultrapassar essa propriedade elementar e dotá-la de um carácter documental único que transpõe o factual e expõe com uma eloquência insuperável a cosmogonia que lhe é coetânea.

No nosso estudo de caso todas as potencialidades daquela expressão artística são plenamente apreendidas e exploradas. A partir de 1528, D. Miguel da Silva, de regresso da sua embaixada em Roma, dá corpo a um elaborado projecto urbanístico em S. João da Foz do Douro, enquanto abade comendatário do mosteiro beneditino de Santo Tirso. O mecenas demonstrando uma singular sensibilidade ao enquadramento mental que o oceano ocasiona, e tendo-o como referência enquanto primordial meio de subsistência dos habitantes da Foz, providencia aos seus fregueses, através de um conjunto de quatro edifícios, as condições físicas e espirituais para um labor mais seguro e proveitoso. Esta iniciativa é arrojada a vários níveis pelas implicações políticas, sociais, e culturais que comporta, todavia a sua originalidade consiste principalmente na dialéctica que estabelece com o contexto geográfico em que se insere. O Atlântico molda-lhe a articulação urbana e a narrativa formal e simbólica sendo reverenciado pelas opções artísticas do conjunto edificado, contudo o discurso iconográfico não se rende evocando a preeminência divina sobre as causas naturais. Pretendemos através do cruzamento entre a documentação e a leitura dos edifícios expor um particular entendimento

das potencialidades do mar não apenas enquanto recurso económico ou via de comunicação, mas fundamentalmente como agente cultural.